

A conversão ao cristianismo e os embates pela autoridade entre os neófitos no processo inquisitorial contra *don Carlos, Chichimecatecuitli* de Tetzco¹

Conversion to Christianity and conflict around power among the newly converted in the inquisitorial procedure against *don Carlos, Chichimecatecuitli* de Tetzco

Fernando Torres Londoño²

fertorresbracol@gmail.com

Resumo: A imposição do cristianismo nos primeiros tempos da *Nueva España* teve que enfrentar a permanência de diversas formas das antigas religiões. Ao mesmo tempo, as linhagens nobres das grandes cidades do Vale do México aderiram à fé cristã, batizando-se e casando-se na Igreja, motivadas em grande parte por uma favorável inserção na nova ordem que lhes permitia manter o exercício do poder local. O processo inquisitorial contra *don Carlos*, senhor de Tetzco, é aqui analisado à luz das disputas pela autoridade, legitimadas pela permanência na “lei antiga, dos antepassados”, ou pela adesão e defesa da lei nova pregada por frades e padres. Essa disputa, no âmbito do processo inquisitorial, produziu ao mesmo tempo a unanimidade da denúncia de *don Carlos* como herege e dogmatizador e a massiva confirmação como cristãos dos nobres de Tetzco, que o denunciaram e o acusaram, muitos deles seus parentes.

Palavras-chave: México, cristianismo, Inquisição.

Abstract: The imposition of Christianity during the early years of *Nueva España* had to face the continued survival of different forms of old indigenous religions. At the same time, noble lineages from the big cities of the Valley of Mexico started to adhere to the Christian faith and to be baptized and married by the Church, driven mostly by the desire to accomplish a favorable incorporation into the new order, which would allow them to maintain their local power. The Inquisition's trial against *don Carlos*, chief of Tetzco, is analyzed here in the light of the struggle for power legitimized either by the continuity of the “old laws, the ancestors' laws” or by the adherence and defense of the new law proclaimed by friars and priests. During the Inquisition's trial, such struggle produced at the same time the unanimous denunciation against *don Carlos* for being a heretic and dogmatist and the massive confirmation as Christians of the nobles of Tetzco who had denounced and accused him, although many of them were relatives of his.

Keywords: Mexico, Christianity, Inquisition.

¹ Iniciamos a pesquisa sobre o processo de *don Carlos* em 2011, no marco do projeto de Iniciação Científica CEPE/PUC-SP “Privilégios perdidos e os conflitos entre caciques indígenas e autoridades espanholas através do processo inquisitorial contra *don Carlos Cacique de Tetzco* em 1539”, de Renata Alves Melki de Souza, concluído em 2012. Depois do encerramento do projeto de IC, a pesquisa continuou num segundo momento, com novas indagações aqui apresentadas. Optamos por transcrever as citações com a grafia original mantida no texto da edição utilizada. Também mantivemos o título *don* em espanhol, colocando-o em itálico.

² Professor Titular Departamento de História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Rua Monte Alegre, 984, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil.

Introdução

A conquista dos reinos pré-hispânicos do atual México e a imposição do cristianismo a milhões de pessoas foram um processo lento, complexo e cheio de matizes. Muito antes do primeiro Concílio Mexicano, as Juntas Eclesiásticas já atestavam as dificuldades em conseguir que os novos cristãos, frutos dos batismos massivos dos primeiros anos, se mantivessem fiéis aos dogmas cristãos, que mal entendiam, e abandonassem suas antigas práticas religiosas. A Junta de 1536 condenou-lhes diversos ritos considerados idolátricos, como os sacrifícios, e a de 1539 apontou para o perigo de oratórios particulares entre os índios, que esconderiam “sus dioses particulares” (Saranyana, 1996, p. 329-335). Também a trágica combinação de epidemias e fomes, como consequência das novas doenças que chegavam com os espanhóis e do impacto da desestruturação produtiva gerada pela conquista e pela queda demográfica, conferia à conquista um contexto de destruição e morte que demorou a fazer sentido tanto para os nobres como para os camponeses e outros grupos sociais (Gruzinski, 2003, p. 218).

Ao mesmo tempo, a significativa adesão das nobrezas e elites de diversos *altepeme*³ do Vale do México ao novo poder, representado por Cortés e seus soldados e depois pela coroa espanhola, através do primeiro vice-rei, apontava para uma sólida base de sustentação do projeto de dominação representado pelos espanhóis. Isso foi facilitado pela inserção das linhagens nobres numa centenária cultura política de alianças e sujeições, que se compunham e recompunham, e que fez com que se entendessem ou se aliassem a Cortés, à medida que ficou clara a derrota da tríplice aliança entre México-Tecnochtitlán-Tlacopan e Tetzco (Madajczak, 2007, p. 165). Interessava a esses nobres, nomeados em espanhol como *principales* já nos primeiros anos da conquista, assegurar sua condição e privilégios no interior de seus *altepeme* e contar com o reconhecimento da complexa ordem colonial que se estava criando.

Membros dessas linhagens se mostraram competentes e rápidos em aprender a língua e, quando ensinados, alguns de seus filhos e descendentes aprenderam a ler e a escrever em espanhol, e fizeram o mesmo em *nahuatl*. Também se batizaram, se casaram com uma única mulher e, como cristãos neófitos, rejeitaram suas crenças e práticas antigas, suspendendo em público oferendas e sacrifícios, assistindo à missa e participando de procissões e festas católicas. Passados poucos anos, já faziam testamentos e se vestiam à moda espanhola, trocando cocares por chapéus.

As tensões e particularidades presentes na conversão ao cristianismo e a adesão das elites ao projeto colonial espanhol têm ocupado uma série de estudiosos, que, por sua vez, vêm localizando essas tensões em diversos documentos e apontando para significados diversos. Os processos inquisitórios contra caciques, na década de 1530, fariam parte dessa documentação. Esses processos foram conduzidos por Juan de Zumárraga, primeiro bispo do México. Zumárraga (1468-1548) era franciscano e ocupou diversos cargos na sua ordem: em 1527 presidiu uma visita inquisitorial em Pamplona e, no ano seguinte, foi nomeado bispo do México e *Protector de Indios*; em 1535 foi investido inquisidor apostólico, cargo que manteve até 1543 (Saranyana, 1996, p. 53). Figura polêmica na sua época e ainda hoje, seus defensores apontam entre seus méritos ter consagrado bispos, animado as Juntas Eclesiásticas, introduzido a imprensa e publicado obras de doutrina. Já seus críticos condenam seu rigor como inquisidor nos 152 processos que presidiu, particularmente o que nos ocupa aqui (Greenleaf, 1992b, p. 93).

Recentemente, o processo presidido em 1539 pelo bispo Zumárraga contra o senhor de Tetzco tem atraído a atenção dos pesquisadores. Os estudos foram facilitados pela republicação, em 2009, do processo localizado por Luis González Obregón no Arquivo Nacional do México e publicado por ele mesmo em 1909. Patrícia Lopes Don examinou o processo, concluindo que ele expôs as disputas internas dos líderes nativos pela sucessão do governo de Tetzco (Lopes Don, 2010, p. 147). No Brasil, Saulo Goulart se debruçou sobre tal processo, examinando suas tramas, movimentos internos e as ações de Zumárraga através da Inquisição para defender a “empresa cristã” (Goulart, 2012, p. 95).

O processo contra *don Carlos* foi atravessado pelo contexto da conversão das populações indígenas do antigo México. Para Adriano Prosperi, a “conversão é a palavra que domina a história do mundo unificado pelas descobertas e conquistas europeias” (Prosperi, 2013, p. 554). A conversão supunha ruptura, adesão e incorporação de uma nova identidade, bem como, em termos individuais, constituição de uma nova personalidade. Por sua vez, as conversões em massa que tinham sido impostas desde o século XV, tanto em solo ibérico como no Novo Mundo, não haviam produzido os efeitos esperados, propiciando simulações, ocultação das crenças antigas e adesões por conveniências. A Inquisição espanhola apresentou à coroa suas preocupações com o perigo não só para a fé, mas também para a manutenção da sujeição dos povos incorporados ao império. Além disso, nesses anos de en-

³ Altpeme, plural de altpetl, é categoria nahuatl para designar unidades básicas de organização comunitária com dimensões territoriais, urbanísticas, geopolíticas, ecológicas, simbólicas e estéticas (Fernandez Christlieb e Garcia Zambrano, 2006, p. 13).

frentamento da heresia protestante antes do Concílio de Trento, ganhava cada vez mais força a convicção de que o controle sobre as adesões e o incremento da devoção católica eram absolutamente inseparáveis (Prosperi, 2013, p. 554). Duplo registro que ganharia uma formulação de estratégia e de definição de práticas, com o aparecimento da Companhia de Jesus e seu protagonismo na defesa da fé (Prosperi, 2013, p. 554).

Vamos analisar, pois, o processo contra *don* Carlos, como resultado, por parte dos neófitos cristãos, de uma contundente manifestação de defesa e afirmação da fé cristã no senhorio de Tetzco, no âmbito do espaço proporcionado pelas ações inquisitoriais a que procedeu o primeiro bispo do México e Inquisidor Apostólico, dom Juan de Zumárraga. Acreditamos que no contexto dessa manifestação, que alinhou os “bons cristãos” contra o “mau cristão”, tão importantes quanto a condenação do réu foram as proclamações e numerosas demonstrações de adesão e permanência na fé das linhagens nobres, os chamados *principales* de Tetzco. Corroboraram-se, então, as manifestações de fé que já tinham sido feitas pelos neófitos indígenas nos outros processos da Inquisição, na década de 1530, conduzidos também por Zumárraga (Greenleaf, 1992b, p. 67-68), no sentido de uma “edificação coletiva”, destinada a evitar a repetição do crime e a difusão da heresia (Goulart, 2012, p. 95).

Esta nossa opção, que privilegia as dinâmicas indiciária, pedagógica e penitencial, presentes no processo, permite-nos ir além de uma leitura literal do registro, em particular no que se refere aos testemunhos indígenas, os quais na sua totalidade foram traduzidos do *nahuatl* para o espanhol pelos funcionários da Inquisição. Tal tradução impede saber quais foram os termos originais das denúncias e testemunhos indígenas manifestados na sua língua. Ainda assim, a opção analítica por examinar o processo no contexto da conversão e do tratamento dos problemas decorrentes dela por parte da Inquisição ajuda a abordar a peculiaridade do processo, que foi definido com base na denúncia, e não na confissão do réu. No processo, *don* Carlos não confessou os crimes de que foi acusado, assumindo o mesmo comportamento de outros caciques processados pela Inquisição nesses mesmos anos (Greenleaf, 1992a, p. 87-89). Também não foi registrado o costumeiro esforço do inquisidor de fazer, no seu interrogatório, com que o réu produzisse a “prova-mor”: a confissão de ter incorrido nos crimes de que estava sendo denunciado, sendo que essa confissão “devia sair da boca e do coração do acusado” (Prosperi, 2013, p. 236). Trata-se de situação semelhante à de vários sacerdotes indígenas e curandeiros, que foram até submetidos à tortura (Greenleaf, 1992b, p. 63-82). O que o processo transmite é o enorme esforço por consolidar a denúncia, instituindo “uma verdade em torno do ocorrido”

(Goulart, 2012, p. 88). A denúncia foi a “prova-mor” que desenhou o quadro da fé ameaçada pelo mau cristão. Ainda que aparentemente controversa, ela foi defendida de maneira exemplar por todos os principais de Tetzco, rivais de *don* Carlos, que o denunciavam como herege, colaboraram com a procura de “ídolos” e, em unânime participação, confirmam as acusações de uns e outros, afirmando que seus testemunhos perante o tribunal são fruto não do ódio ou da inimizade, mas sim da fidelidade à fé cristã.

A forma como entendemos o caráter da tradução presente no processo, num contexto de conversão e de defesa da permanência da fé, exige também algumas considerações. O réu e todas as testemunhas que depuseram no processo eram indígenas, falavam em *nahuatl* e tiveram seus depoimentos traduzidos por intérpretes. Esses intérpretes assinaram junto com as testemunhas os depoimentos, que foram consignados em espanhol pelo escrivão, adquirindo assim uma espécie de coautoria do testemunho. As imagens de *don* Carlos e da sociedade indígena presentes no processo foram produzidas, pois, por um “aparelho de tradução” constituído especialmente pela Inquisição e a serviço desta. O processo contou, então, com a presença de cinco “lenguas”, ou intérpretes, que traduziam do *nahuatl* para o espanhol, e de intérpretes indígenas que, quando do Auto de Fé, traduziram a sentença do espanhol para o *nahuatl*. Esse esquema não foi só diferenciado pela língua de que se traduzia, mas também por uma hierarquia interna entre os tradutores, contando a denúncia e o interrogatório do réu com a presença de destacadas figuras, como Frei Antônio de Ciudad Rodrigo, provincial dos franciscanos, Frei Alonso de Molina e Frei Bernardino de Sahagún, professor do Colégio de Santiago, que depois se tornaria uma das grandes referências no universo mexicano (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 77). Grande parte dos depoimentos dos indígenas de linhagens nobres foi traduzida pelo clérigo Juan González. Por sua vez, as criadas convocadas para dar testemunho de determinados atos de *don* Carlos foram traduzidas pelo índio Pedro, que atuava como criado de Zumárraga (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 60). Finalmente, no Auto de Fé, intérpretes “naguatos” (assim foram registrados) teriam traduzido a sentença à audiência indígena. Porém, predominou uma tradução de “mão única” do *nahuatl* ao espanhol, a qual era a que interessava à Inquisição.

Juan González foi o tradutor do texto que continha as mais graves declarações heréticas imputadas a *don* Carlos, e também de grande parte das testemunhas que confirmaram as denúncias, além de atuar na parte do processo que se desenvolveu em Tetzco. Ele era clérigo e, além de desempenhar a função de intérprete, tinha atuado como visitador em nome do bispo Zumárraga (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 32). Ainda,

no Auto de Fé de 30/11/1539, que precedeu a execução de *don Carlos*, “predicó a los naturales de esta nueva España en su contra, y les dio a entender las culpas del dicho *don Carlos*, y la causa de su penitencia y condenación” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 103). González era, pois, funcionário da diocese que tinha atuado e seguiria atuando como visitador especial em outros casos de idolatria (Greenleaf, 1992b, p. 77). A ele couberam, pois, as escolhas das formulações da heresia, que provavelmente eram anteriores ao processo. Na sua tradução, as diferenças indígenas tendem a desaparecer e os testemunhos indígenas são muito homogêneos. Assim, pensamos que Juan González, o grande tradutor do processo, não teria feito só uma tradução, mas sim produzido um texto que continha já a interpretação final esperada e acatada pelo tribunal.

As condições deficientes de tradução e de compreensão do *nahuatl* em 1539 teriam maculado as diversas traduções feitas no processo (Greenleaf, 1992b, p. 63). Como apontou Lockhart, os tradutores espanhóis não tinham domínio de conceitos e categorias do universo cultural *nahuatl* (Lockhart, 1999, p. 19). Também eles fizeram uma tradução a serviço do objetivo do tribunal nesse processo, que era comprovar a prática da heresia por parte de *don Carlos*. Sem tradução coerente com os objetivos do tribunal, não haveria heresia. Assim, os parâmetros que guiaram a tradução de expressões, frases e afirmações supostamente ditas por *don Carlos* foram definidos pelas concepções de heresia da Inquisição espanhola em tempo de Contrarreforma (Prosperi, 2013, p. 97). Dessa forma, a tradução da narrativa dos diálogos do réu foi feita no formato da heresia conhecida e combatida pelo tribunal. Os tradutores foram guiados pela produção das equivalências necessárias para mostrar a existência da heresia, sendo poucas as explicações ou mesmo o recurso a palavras indígenas, o que poderia ter permitido uma maior fidelidade aos sentidos da língua original. Com um repertório de tradução pequeno em relação ao contexto *nahuatl*, interessava aos tradutores produzir afirmações condenatórias. A tradução foi, pois, definitiva para gerar a prova da heresia que se buscava em relação a *don Carlos*.

A denúncia contra don Carlos ou o índice das heresias

Don Carlos pertencia à linhagem real de Tetzco, uma das cidades mais poderosas e importantes do Vale do México, que, junto com Tecnochtitlán e Tlacopan, compunha a *Tríplice Alianza*, a qual se estendia entre

vários povos pelo centro do atual México (Carrasco, 1996, p. 59). Até a chegada dos espanhóis, Tetzco tinha como tributárias 14 ou 15 cidades menores (Carrasco, 1996, p. 211). Sua importância também se confirmou durante a conquista, quando os sucessores do rei se dividiram entre os que se aliaram a Cortés e os que resistiram à ocupação, cumprindo destacado papel na derrota de Tecnochtitlán. O avô de *don Carlos* foi o grande rei Nezahualcōyōtl, que garantiu a autonomia da cidade em relação a seus aliados e teve um reinado de 42 anos, que se distinguiu pelo avanço territorial, pela prosperidade econômica e pelo brilho cultural. Nezahualcōyōtl impulsionou a arquitetura, as artes, a astronomia, e era ele próprio poeta de grande sensibilidade e estilo, autor de poemas célebres à memória mexicana (Leon Portilla, 2013, p. 273). O pai de *don Carlos*, Nezahualpilli, governou com grande fama em Tetzco, até pouco antes da conquista. Com seu falecimento e a interferência de Hernán Cortés na política da cidade, o complexo sistema sucessório de Tetzco levou à existência de duplos reinados e sangrentas brigas entre os irmãos e entre as linhagens nobres que os apoiavam (Madajczak, 2007, p. 165). Assim, entre 1521 e 1546, Tetzco chegou a ter nove reis, sendo o antepenúltimo *don Carlos* (Lopes Don, 2010, p. 150).

O processo (publicado por González Obregón e reeditado em 2009) começa por um protocolo constituído por denúncia lavrada ante o bispo Juan de Zumárraga, que acumulava o cargo de inquisidor, no domingo de 22 de junho de 1539, contra *don Carlos*, conhecido também pelo título de “Senhor de Tetzco”, *Chichimecatecuilli*.⁴ Como a denúncia foi apresentada ante o próprio bispo que atuava como inquisidor apostólico, ela deve ter sido preparada com base em uma informação prévia, que possivelmente chegou até os frades franciscanos (a ordem mais presente nesse momento), os quais informaram o bispo, que, por sua vez, convocou o escrivão e os tradutores para colher a denúncia de Francisco, índio de Chiconautla, um dos senhorios sujeitos a Tetzco. O denunciante diz que mais ou menos 20 dias antes, quando em Chiconautla se faziam procissões e jejuns por causa da falta de água e porque “morria muita gente”, o principal de Tetzco, que visitava sua irmã, murmurara contra os jejuns, questionando por que razão eram feitos. E, passada a procissão, chamou-o na presença de outros quatro principais e o repreendeu por estar pregando aos índios assim como os frades:

¿[...] que son las cosas de Dios? No son nada: por ventura hallamos lo que tenemos, lo escrito de nuestros antepasados: pues hagoté saber que mi padre y mi

⁴ Em janeiro de 2014, tivemos a oportunidade de examinar e tirar fotos do processo no Archivo General de la Nación en México D.F. Proceso Criminal del Santo Oficio de la Inquisición y del fiscal en su nombre contra don Carlos indio principal de Tetzco, GD 61 Inquisición 1539, volume 2, expediente número 10, páginas 231-340. Para este artigo, utilizamos a mencionada reedição de 2009, da feita em 1909, que foi cotejada com o original, não se encontrando alterações (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009).

abuelo fueron grandes profetas, y dijeron muchas cosas pasadas y por venir y ninguna dijeron cosa ninguna de esto, y si algo fuera cierto esto que vos y otros decís de esta doctrina, ellos lo dijeran, como dijeron otras muchas cosas, y eso de la doctrina cristiana no es nada, ni en lo que los frailes dicen no hay cosa perfecta: más hay que eso, que eso que el vice rey y el obispo y los frailes dicen, todo importa poco y no es nada, sino que vos y los otros los encarecéis y autorizáis y multiplicáis, (con) muchas palabras, y esto que te digo y lo es mejor que tu porque eres muchacho, por eso déjate de esas cosas que es vanidad y esto digo te como de tío a sobrino, y no cures de andar en eso ni andar haciendo creer a los indios lo que los frailes dicen, que ellos hacen su oficio, pero no porque sea verdad lo que dicen, por eso quítate de eso y no cures de ello, sino mira por tu casa y entiende en tu hacienda (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 30).

Na formulação de Francisco, *don Carlos* teria questionado “as coisas de Deus”, ignorando também as autoridades religiosas e civis, e chamando à desobediência. Francisco diz ainda que todos os que estavam com ele ficaram escandalizados com a fala de *don Carlos*, arguindo que tudo o que a Igreja tinha e acreditava era porque era bom e santo. E que *don Carlos* havia chamado à parte seu cunhado, *don Alonso*, cacique de Chiconautla, e sua irmã, e lhes tinha dito que deveriam matar Francisco e dois dos filhos deles, porque “estaban muy adelante en las cosas de Dios y que se guardasen de él” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 31). E que sabia disso porque, depois, eles lhe tinham falado, e que eles sabiam e diriam as outras coisas que tinha se passado. Tal antecipação do testemunho de *don Alonso* e de sua esposa aponta para uma articulação entre eles e Francisco, anterior à sua presença ante a mesa inquisitorial.

Seguindo a fórmula final nos processos da Inquisição, a testemunha jurou que tudo o que havia sido dito era verdade, revelada na denúncia não por malícia ou ódio, mas porque “paso así en hecho de verdad y por descargo de su consciencia y porque le pareció muy mal lo que el dicho don Carlos decía, por ser como es contra Dios y contra nuestra santa fe católica” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 31).

A denúncia, que continha as declarações heréticas de *don Carlos*, o qual negava a Deus e proclamava a desobediência às autoridades, levou, pela sua gravidade e pela condição real do denunciado, a que o bispo inquisidor mandasse prender *don Carlos*, o que se realizou

em 4 de julho. Nesse mesmo dia, em visita a Oztuticpac, em Tetzco, Miguel Lopes, secretário do Santo Ofício, representando o bispo Zumárraga, procedeu ao sequestro dos bens de *don Carlos*, começando pelas casas de sua moradia. A partir desse momento, o processo praticamente se desdobrou em duas partes, que correram paralelas. A que aparece primeiro no processo se destinava a verificar os indícios das práticas idolátricas em Tetzco, e a segunda se relacionava com a denúncia de Francisco. Por não ter produzido provas contra *don Carlos* e por falta de espaço, não analisaremos aqui a atuação da Inquisição em Tetzco, registrando somente a colaboração na localização de imagens e de indícios de práticas idolátricas por parte dos membros das linhagens nobres de Tetzco, começando pelo governador *don Lorenzo Luna*, que, como aparece no processo, aproveitaram a passagem da Inquisição para fazer unânime declaração de fé católica, condenar as idolatrias e rejeitar as palavras e ações de *don Carlos*.

Configurando a prova nos testemunhos: o mau cristão

Com os escassos resultados em relação à prática de idolatria por parte do *don Carlos* em Tetzco, a denúncia de Francisco em 22 de junho de 1539 se constitui na peça mestra do processo contra *don Carlos*. Francisco, no seu depoimento, forneceu os nomes das testemunhas e a matéria que guiou as perguntas do tribunal; as denúncias cresceram, ganharam detalhes e particularidades a cada interrogatório da mesa inquisitorial e constituíram o eixo da acusação do promotor. A 11 de julho de 1539, Francisco se apresentou pela segunda vez ante a mesa e ampliou sua denúncia, a partir de um texto que teria sido redigido na sua língua, que foi lido por ele e traduzido por González.⁵ Entre outras coisas, *don Carlos* teria dito

que eso que se enseña en el colegio, todo es burla [...] pues oye hermano, que nuestros padres y aguelos dijeron, cuando murieron, que de verdad se dijo que los dioses que ellos tenían y amaban fueron hechos en el cielo y en la tierra, por tanto hermano solo aquello sígamos que nuestros padres y aguelos tuvieron y dijeron cuando murieron (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 64).

que cada uno de su voluntad siga la ley que quiere y costumbres y ceremonias [...] (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 65).

⁵ Na edição de 2009, coloca-se, em nota na página 63, que este “escrito de su letra en lengua de indios” não se encontra no original, embora no texto original se registre que “está en este proceso”. Procuramos também esse testemunho escrito por Francisco Maldonado no original do processo, no Arquivo Nacional de México, mas não o achamos.

que no es nuestro oficio ni es nuestra ley impedir a nadie lo que quisiere hacer: dejémoslo y echémoslo por las espaldas lo que nos dicen (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 66).

Por fim *don* Carlos concluiu: “Quiénes son estos que nos deshacen e perturban y viven sobre nosotros y los tenemos a cuestras y nos sojuzgan?” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 66).

Com este extenso e articulado segundo testemunho, Francisco ampliou a fala de *don* Carlos em temas como o desconhecimento “de la ley de Dios y la de la divinidad”, a desobediência às autoridades, a obediência à lei dos antepassados e a referência a que outros senhores estariam pensando o mesmo que ele. Se a primeira denúncia de Francisco tinha provocado a prisão de *don* Carlos e o confisco de seus bens, o inventário de “erros e heresias” desse “texto” de Francisco Maldonado forneceu a pauta para o interrogatório do réu, o teor da denúncia do promotor e os termos da condenação por parte da Inquisição. Essa denúncia de Francisco redigida previamente, recheada de afirmações e convenientemente traduzida se colocava como o caminho seguro para provar os erros de *don* Carlos.

As testemunhas seguintes, em grande parte os que tinham assistido à intervenção em Chiconautla, confirmaram Francisco e acrescentaram aspectos que os tocavam diretamente e que abordavam outras denúncias sobre o comportamento pouco cristão de *don* Carlos, por exemplo, sua opinião de que poderia ter várias mulheres e sua mancebia com sua sobrinha Inês (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 70).

Os principais e o testemunho de sua fé cristã

À imagem de mau cristão de *don* Carlos, o qual estaria permanecendo na lei antiga, as testemunhas opõem no processo os bons cristãos: eles mesmos, que verdadeiramente teriam aderido à lei nova, começando por Francisco, o primeiro denunciante. Francisco, nessa denúncia, foi registrado no processo simplesmente como índio de Chiconautla, sem nenhum título ou cargo. O processo dá a entender que ele pertence à família de principais, sendo que a testemunha seguinte, Cristóbal, o chama de *don* Francisco, e na sua segunda intervenção ele foi registrado como Francisco Maldonado.

Francisco se apresenta no processo já na condição de cristão, inserido na Igreja como catecúmeno e catequista. Assim, estaria ligado aos frades franciscanos, que o teriam cristianizado. Existe a possibilidade de que ele

tenha? articulado com algum religioso tanto a denúncia que foi recebida formalmente pela Inquisição como o texto produzido posteriormente e lido ante a mesa. Levantamos tal possibilidade com base em denúncias de outros processos de idolatria e heresia que teriam vigários e frades como intermediários na sua confecção (Greenleaf, 1992a, p. 77). Narrando na denúncia seu embate com *don* Carlos, ele afirma que teria dito a este: “¿No sabes que estas cosas son de Dios y son santas y no conoces y te acuerdas de lo que el padre provincial nos ha doctrinado y predicado, que es padre nuestro, y nos ha criado a todos?” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 32). Ele se entendia como um cristão que crê “lo que la Iglesia tiene y cree porque es santo y bueno” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 32). Mas Francisco não era só mais um batizado instruído na doutrina; ele a ensinava às crianças, levava a crença “a los viejos y viejas y a algunos principales en Dios” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 64) e, segundo *don* Carlos, queria tirar “a los indios sus vicios y costumbres antiguas” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 33). O que para *don* Carlos, segundo o depoimento de Cristóbal, era como se quisesse se fazer padre (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 71).

Nessa lealdade às “coisas de Deus” e aos frades, Francisco não estava só. Outras pessoas jovens, como Diego e Tomas, filhos de *don* Alonso e sobrinhos de *don* Carlos, tinham aprendido com bastante empenho a doutrina e eram exemplares na fé, razão pela qual *don* Carlos tinha sugerido que os matassem (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 70). Também não eram só pessoas jovens ou *maceguáis* (a base camponesa) que aderiam visivelmente ao cristianismo. Quando da visita de *don* Carlos a Chiconautla, segundo Francisco, enquanto ele teria ficado na casa de mau humor, os principais tinham participado da “procissão”, rogando pela misericórdia divina (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 63). E eram também principais os que teriam censurado a *don* Carlos, quando clamou pela desobediência ao vice-rei, ao bispo e aos frades. Assim, em palavras de *don* Afonso, *don* Carlos teria perguntado: “¿Quien está entre nosotros que no es nuestro pariente ni nació entre nosotros? y que de estas palabras se enojó Zacantpatl, principal de Tetzco, y se levantó y salió fuera diciendo ‘no quiero estar aquí’” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 69).

Mesmo com todos esses testemunhos, a mais evidente amostra do caráter dos novos cristãos no processo foi dada pelos nobres que, em Tetzco, como já foi visto, por sua própria iniciativa, tinham realizado a localização de ídolos.

O texto da denúncia e a *plática* de Chiconautla

O ponto alto do processo contra o Senhor de Tetzcocho foi o relato da fala de *don* Carlos, quando de sua visita a Chiconautla. Essa fala teria motivado a denúncia de Francisco Maldonado de 22 de junho de 1539 e foi narrada de novo no depoimento do mesmo Francisco, em 11 de julho, em que teria apresentado um texto escrito, o qual ele teria lido e o clérigo Juan González, traduzido. Nesse segundo depoimento, a fala de *don* Carlos, chamada por Francisco de *plática*, foi consideravelmente ampliada, detalhada em pontos referentes a verdades cristãs, fazendo menção até à ênfase de algumas frases.

Desde sua denúncia, Francisco já tinha dito que “las cuales dichas pláticas este que declara dará por escrito” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzcocho, 2009, p. 30). A produção de uma narrativa que daria conta de forma precisa dos termos da fala de *don* Carlos começou, pois, a ser preparada antes do comparecimento de Francisco ante o tribunal. Francisco ou alguma autoridade religiosa julgou que, por causa da gravidade do que seria denunciado, deveria existir um texto escrito, preparado, e não um simples testemunho oral provocado em parte pelo improviso. A narrativa relativamente extensa (cinco páginas na edição de 2009) teria sido escrita em *nahuatl* por Francisco. Porém, para ser incluída no processo, foram necessários os serviços da tradução de Juan González. Onde Francisco teria aprendido a escrever em *nahuatl*? Nas escolas e colégios já instalados pelos franciscanos? Seria Francisco um estudante dos franciscanos, como os “estudantes” que trabalhavam para Bernardino de Sahagún e também escreviam em *nahuatl*? Teria utilizado desenhos, como em outros textos de procedência indígena? Teria redigido seu texto sozinho? Ou algum frade ou pessoa ligada ao tribunal teria ajudado na redação de um texto tão preciso na transcrição de uma fala proferida havia mais de um mês? Qual seria a intenção de anexar o texto ao processo? Se o texto tivesse sido traduzido de qualquer forma, teria sido anexado ao processo como prova de sua existência? Não temos como responder à maioria dessas perguntas. Porém, na análise do processo, e em particular dos registros da *plática* de Chiconautla, podem-se apontar alguns dos sentidos presentes na tradução de González do depoimento lido por Francisco.

O texto de Francisco ganhou relevância no processo por três situações. A primeira, que já citamos parcialmente, diz respeito à gravidade dos questionamentos de *don* Carlos em referência “à lei divina e divindade” e ao chamado à desobediência a sacerdotes e frades. Essas afirmações constituíam indícios de erros graves e heresias, que apontariam para a negação da conversão do cacique e sua condição de herege.

A segunda foi pela forma com que *don* Carlos se teria manifestado. Na denúncia de Francisco, a fala de *don* Carlos é chamada de *plática*; depois, ela se repete, talvez numa decisão dos tradutores e do escrivão, que, pela importância que ela adquiriu nos interrogatórios e na acusação do promotor, não seria só um recurso para facilitar a tradução. *Plática* era uma expressão espanhola para caracterizar algo semelhante a um sermão, a uma pregação feita por um eclesiástico ou autoridade da Igreja. A *plática* era atividade para clérigos e pregadores autorizados pelos bispos, e não para leigos, conversos e neófitos. Proferida por alguns destes, ela era considerada erro grave em tempos de Contrarreforma. No processo, a expressão foi entendida pelo promotor e depois pelo inquisidor como ato dogmatizador, quer dizer, a pregação pública de uma heresia; no caso, a consideração da fé cristã como falsa e o chamado à desobediência a autoridades eclesiásticas, ao bispo Zumárraga, aos franciscanos, aos vigários e também às autoridades civis, como o vice-rei Mendosa.

A terceira situação foi que a *plática* de *don* Carlos teria sido pronunciada perante um público qualificado, composto sobretudo de *principales* de Chiconautla e Tetzcocho, já que, segundo as testemunhas, *don* Carlos teria feito sair da casa onde estavam os que não eram índios *principales* (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzcocho, 2009, p. 74). Grande parte dos que estiveram presentes na *plática* de Chiconautla, por sua vez, apresentou-se ante a mesa inquisitorial e confirmou o dito por Francisco. Os *principales* eram nove: de Tetzcocho, *don* Carlos e mais dois; e de Chiconautla, cinco, entre eles *don* Alonso, cacique e cunhado de *don* Carlos; e finalmente Francisco Maldonado. No contexto do processo, a presença dos principais foi descrita como uma reunião de autoridades indígenas que teria como ponto alto a *plática* de *don* Carlos a “la costumbre antigua de sus antepasados” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzcocho, 2009, p. 74). Assim, para as testemunhas, todas elas indígenas, o sentido de *plática* seria diferente, referindo-se a um exercício retórico e solene dos antigos governantes. Segundo Francisco, no seu texto apresentado ante a mesa e lido por ele, *don* Carlos teria dito:

¿Quienes son estos que nos deshacen y perturban e viven sobre nosotros y los tenemos a cuestras y nos sojuzgan? Oíd acá, aquí estoy yo y allí está el señor de México, Yoainizi, y allí está mi sobrino Tezapili y allí está Tlacahuepantli, señor de Tula, que todos somos iguales y conformes y no se ha de igualar nadie con nosotros, que esta es nuestra tierra y nuestra hacienda y nuestra alhaja y posesión, y el señorío es nuestro y a nosotros pertenece, e si alguno quiere hacer o decir alguna cosa, riámonos de ello. ¡Oh hermanos que estoy muy enojado eh sentido! ¿Y algunas veces nos hablamos

yo eh mis hermanos los señores; quién viene aquí a mandarnos y aprehendernos y a sojuzgarnos? (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 66).

Os detalhados termos da *plática* e a solenidade dos parágrafos não figuraram na acusação inicial de Francisco e na da primeira testemunha, o *principal* Cristóbal, ambas efetuadas antes de se mandar prender a *don* Carlos. Depois do texto escrito por Francisco e apresentado à mesa, os termos das frases foram repetidos por todas as testemunhas, incluindo Cristóbal, que no seu segundo testemunho diz que “su señoría le había mandado recorriese su memoria acerca dello y que el así lo ha hecho y ha pensado en ello”, cumprindo assim, convenientemente, a solicitação do inquisidor, passando a fazer nova narrativa com os detalhes da *plática* (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 71). A *plática* narrada por Francisco cumpriu, pois, a função de constituir um índice das heresias de *don* Carlos, que foi preenchido e enriquecido pelas testemunhas.

Além da heresia: autoridade da lei antiga versus autoridade dos padres e religiosos

O texto de Francisco trouxe 23 acusações, que podiam ser consideradas blasfêmias, heresias e incitação à desobediência a autoridades civis e eclesiásticas. Sua referência fundamental era a dúvida sobre a “divindade cristã”, o caráter verdadeiro da “divindade antiga”, a caracterização de seu pai e seu avô como profetas, a dúvida sobre a doutrina cristã, a rejeição de mandamentos como o de ter uma única mulher e o chamado geral à desobediência a padres e autoridades, que poderia ser feita ignorando o que se dizia, “jogando-o nas costas” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 66). Elas, pois, configuravam um arrazoadado coerente de acusações que faziam de *don* Carlos um dogmatizador e um herege. O texto de Francisco constituiu de fato o índice do processo, estando presente em todos os testemunhos e ganhando novas versões em alguns. Ele também definiu as perguntas feitas às testemunhas. A respeito de cada uma de suas acusações se demandou uma resposta a *don* Carlos no seu interrogatório. Finalmente, várias de suas partes foram citadas textualmente na acusação do promotor Cristóbal de Caniego. A denúncia escrita de Francisco esteve presente em todo o processo, configurando a heresia em diversas formulações e momentos, e assumindo, pelas muitas confirmações, a condição de uma prova incontestável.

Francisco também diz, no final de seu texto, que acreditava que *don* Carlos já teria dito isso em outras partes, imaginando outras *pláticas* e outros locais (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009,

p. 67). Isso foi interpretado convenientemente pelo promotor e depois pela mesa no sentido de que *don* Carlos estaria a “platicar y persuadir las dichas herejías y errores”, podendo ter “perturbado muchas partes de esta tierra” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 85). Para a Inquisição, *don* Carlos estaria reunindo os principais indígenas e pregando contra a fé cristã e as autoridades, constituindo um perigo para a ordem civil e religiosa (Greenleaf, 1992b, p. 91).

Quando foi interrogado na condição de réu, *don* Carlos arguiu como defesa que era batizado e, como tal, cristão fiel: “Se ha confesado y se confiesa en los tiempos que la Santa Madre Iglesia lo manda” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 92). E também que conhecia a doutrina cristã, ensinando e pregando-a aos índios, atraindo muitos deles para a fé: “Reprehendiéndoles a los otros indios no convertidos los vicios y idolatrías hasta hacerlos convertir e bautizar” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 92). Seria essa atitude de censurar e corrigir os índios, atuando como principal, que, segundo *don* Carlos na sua defesa, teria levado alguma testemunha a dizer o contrário, “porque siendo gobernador del dicho pueblo les tengo de castigar e corregir a esos que contra mi han depuesto sus excesos e malas costumbres, como ellos lo saben que lo he hecho e corregir e castigar” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 87). *Don* Carlos negou-se a reconhecer sua culpa e a pedir clemência; sendo assim, segundo a prática inquisitorial, foi condenado à morte e entregue à justiça civil para ser executado, o que se cumpriu em novembro do mesmo ano.

Contra as testemunhas, *don* Carlos negou praticamente todas as acusações que lhe foram feitas, excetuando o concubinato com sua sobrinha, apresentando-se na sua defesa como um cristão exemplar, quase caricato. Depois de uma longa espera por aceder à condição de Senhor de Tetzco, nos difíceis primeiros anos da conquista, *don* Carlos tinha elementos para saber que na *Nueva España* a manutenção de sua autoridade dependia de ele aparecer como cristão, e bom cristão. Caso aceitasse as acusações e pedisse clemência, ele deveria esperar uma amarga penitência, perdendo seu cargo e a autoridade associada a ele. Abriria também espaço para seus inimigos e concorrentes, que, pelo que mostra o processo, tinham se utilizado deste para se afirmar ainda mais ante as autoridades espanholas, reforçando a confiança que já haviam obtido.

González Obregón, que publicou o processo em 1909, viu na narrativa da fala de Chiconautla um sentido de rebeldia e afirmação indígena (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 26). Greenleaf, que chamou a *plática* de arenga e discurso, viu nela um ataque contra o poder político espanhol no México (Greenleaf, 1992b, p. 88). Nas abordagens recentes, a historiografia, enfatizando

as práticas idolátricas, tem apontado para a sobrevivência da religião antiga. Acompanhando Lopes Don, que assinalou os conflitos de sucessão, acreditamos, a partir da dinâmica discursiva do processo, que *don* Carlos foi a Chiconautla levado por um objetivo: dirimir um conflito de autoridade entre principais da própria família. Esses principais seriam ele e dois de seus sobrinhos, Francisco Maldonado e Lorenzo Luna, governador de Tetzco, já mencionado aqui no episódio da busca de imagens. Tal objetivo de *don* Carlos estaria também evidente para diferentes testemunhas. Segundo *don* Alonso, cunhado de *don* Carlos, no dia seguinte a uma procissão que o teria deixado muito irritado, teria chamado Francisco à sua presença e dito: “No digas a que viene este aquí, pues no vengo sin causa, que a algo vengo y por ventura mañana me ir” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 68). O próprio Francisco diz praticamente o mesmo, e que *don* Carlos teria acrescentado: “Mira, oye, que mi aguelo Nezahualcoyotl y mi padre Nezahualpilli ninguna cosa nos dijeron cuando murieron ni nombraron a ningunos ni quienes habían de venir” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 63). Segundo os testemunhos, o conflito entre tio e sobrinho já existia antes da visita de Chiconautla, e a teria motivado.

Desde o início, *don* Carlos evocou o pai e o avô, os quais, sabendo do passado e do futuro, não teriam vaticinado a chegada dos espanhóis. Também evocou seus antepassados ilustres para estabelecer uma distância entre ele mesmo e Francisco, a quem questionou sobre a origem do que dizia e ensinava:

¿[...] que es lo que enseñas que es lo que nombras? – enderezando a dicho testigo las dichas palabras – sino pecar y hacer creer a los viejos y viejas y algunos principales en Dios: hermanos que es lo que andáis enseñando y descendiendo? No hay más que eso; y así feneció, andas tras esa ley de Dios, no hay más; y así feneció, pues oye hermano que de verdad te digo que eso que se enseña en el colegio, todo es burla (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 64).

Don Carlos desqualificou, pois, tanto a doutrina cristã como a atividade de Francisco. A seguir *don* Carlos teria acentuado suas indignações e reclamações para com Francisco: “¿Que es lo que tu enseñas hermano y lo que andas predicando? Y si alguna cosa te manda el Visorrey o el Obispo o el Provincial, por pequeña que sea la engrandecéis mucho” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 65). E o adverte, para que obedeça a suas palavras: “Que allí están el señor de México, Yoanizi, y mi sobrino el señor de Tacuba, Tezapilli – poniéndole temor con ello y dándole a entender, que si otra cosa hacía, que le costaría caro aún la vida le podría costar” (Proceso

Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 66). Essa passagem é repetida várias vezes durante o processo, apontando para uma suposta articulação de *don* Carlos com esses senhores, o que terminou não sendo averiguado. A menção dos senhores mais uma vez estabelecia as diferenças entre os “principais” legitimados na “lei antiga dos antepassados” e os principais novos legitimados pelos frades. Assim, as censuras e dúvidas de *don* Carlos seriam também para outro sobrinho seu, Lorenzo Luna, a respeito do qual diz, segundo Francisco, que não entende o que fala:

En otro tempo no había quien acusase a mi agiuelo ni a mi padre ni a Moctezuma ni al señor de Tacuba, ni quien los riñese – dando a entender que le pesaba y se amohinaba de tener sobre sí a nadie que le sobrepujase ni le fuese la mano – y así lo entendió este que declara, y asimismo les dijo, y vosotros que queréis hacer y qué es lo que decís? ¿Es verdad lo que decís o no? Mira hermano que te lo prohibo, y te lo vedo y te lo reprehendo y riño; porque eres mi sobrino [...] (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 65).

A menção a Lorenzo Luna insinua uma censura deste aos antepassados e aos senhores identificados com a lei antiga, e a uma divisão que estaria colocando principais contra principais. Sobre isso se referiu também o testemunho de *don* Alonso: “¿Y, nombrando a Lorenzo Luna por su nombre antiguo de indio, a manera de desprecio, dijo: no entiendo a este Lorenzo ni se lo que se hace, que queréis Hermanos?” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 69). Lorenzo Luna, que não foi chamado a testemunhar, colaborou solicitamente em Tetzco com os inquisidores na localização de ídolos e na repressão da idolatria, como já vimos.

Pela narrativa construída no processo, *don* Carlos teria feito um confronto de dois entendimentos da autoridade: o seu, que viria de seus antepassados – avôs e pais –, e o que representava Francisco, o qual, como cristão, contava com o apoio dos frades franciscanos e das autoridades civis. Porém, desentendimentos com outros principais aparecem nos testemunhos, como com seu cunhado Alonso, com duas de suas irmãs, com a viúva de seu irmão *don* Pedro e com o sobrinho Lorenzo Luna, governador de Tetzco. O depoimento de sua irmã Maria, mulher de Antonio Pomar, dá conta do amplo leque de situações que se cruzavam no conflito entre irmãos. Ela censurava sua mancebia com a sobrinha Inês, que também era censurada por seus irmãos, motivo pelo qual *don* Carlos

andaba como loco, apartado de sus Hermanos y que sabe que es mal cristiano porque no se confiesa; y que cuando don Pedro su Hermano era vivo y era señor de

Tetzco procuraba con el mucho el dicho don Carlos que le dejase por señor después de sus días y que ha oído decir que luego que murió el dicho Don Pedro procuró el dicho don Carlos de tomar por su manceba a su cunhada mujer del dicho don Pedro su hermano (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 57).

Don Carlos estaria, pois, afastado de seus irmãos por não viver de acordo com a lei cristã, por não ter uma única mulher, por cobiçar a mulher de um morto, por não se confessar, por não ser bom cristão e por sempre buscar “señorear y mandar a todos por fuerza, y por ser señor de Tetzco” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 57). Finalmente, ele teria dito que mataria seus filhos, acusação que também lhe fez seu cunhado *don* Alonso, a quem, por ter elogiado seu filho Tomas, que estaria com os frades “en la iglesia de Dios” e seria muito louvado por estes, *don* Carlos teria sugerido que matasse (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 70). Aliás, seriam essas ameaças de morte a sobrinhos, os quais “estaban muy adelante en las cosas de Dios”, que teriam motivado Francisco, também ameaçado por *don* Carlos, a denunciá-lo, tendo acordado com *don* Alonso e sua mulher que eles também “lo saben y lo diran” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 41).

Chimemecatecutli de Tetzco: a legitimidade de uma herança

Conflitos não faltavam na extensa parentela a que pertencia *don* Carlos, e os membros que aderiram ao cristianismo com fervor puderam contestar sua autoridade. A sucessão da autoridade em Tetzco tinha uma história atribulada, que começara poucos anos antes da chegada de Hernán Cortés e contabilizava deposições, fugas, assassinatos, guerras, impugnações e divisões entre um vasto conjunto de meios-irmãos (Madajczak, 2007, p. 165). O próprio *don* Carlos, quando em visita a Chiconautla, apenas alguns meses antes tinha sucedido a seu irmão *don* Pedro, servindo-se do instrumento espanhol do testamento, o que não fora aceito por todos os que estavam na fila de sucessão. Tal situação foi lembrada por *don* Carlos no seu texto de defesa, ao dizer que é senhor e governador de Tetzco por ser “legítimo heredero de mi Hermano señor que fue del dicho Pueblo me nombró en su testamento al tempo que falleció” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 87).

O zelo de *don* Carlos pelo reconhecimento de sua autoridade por parte dos outros principais de Tetzco se revela também na forma como seu nome foi consignado no processo. Ele aparece nomeado dezenas de vezes como *don*

Carlos, Senhor de Tetzco; e, em mais de oito ocasiões, como *Chichimecatecutli*. De fato, no processo foi registrado *chichimecatecotl*, mas seguimos González Obregón, que acreditou que o escrivão teria errado ao escrever o título que era dado aos senhores de Tetzco: *Chichimecatecutli* (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. XX). Dessas menções, duas são relevantes aqui: no interrogatório, quando, “preguntado cómo se llama, dijo que Don Carlos y *Chichimecatecutli* en nombre de indio” (Proceso, 2009, p. 101), e na acusação do promotor: “El dicho Don Carlos, por mi acusado que en lengua de indio se dice *Chichimecatecutli*” (Proceso Inquisitorial del Cacique de Tetzco, 2009, p. 113).

Quer dizer, *don* Carlos se apresentou no processo não com seu nome espanhol de batismo nem com o tratamento *don*, que marcava sua condição de principal na *Nueva España*, mas com seu título em *nahuatl*, o qual ostentava segundo o costume dos *tlahtohuani* de Tetzco. Era o título que marcava a diferença e a hierarquia que sustentava a autoridade, a qual ele insistia em ostentar mesmo na sua condição de réu.

Seu comportamento como *Chichimecatecutli* de Tetzco também se revelou na linguagem que usou. Se algo é narrado no processo a propósito de *don* Carlos, são suas falas. Aliás, foram elas que, de fato, por uma opção do tribunal ante a falta de outras evidências ou da confissão, fundamentaram sua condenação, como aparece consignado na sentença. No processo, todas as testemunhas apresentam *don* Carlos no ato de falar. Suas palavras teriam sido uma referência inescutível. Só duas testemunhas não teriam lembrado de tudo: uma porque estava bêbada e a outra a quem *don* Carlos não teria falado muito. E não só as palavras, mas a forma como teriam sido pronunciadas, particularmente quando teria corrigido, censurado e “reñido” com Francisco, recriminado sua irmã *dona* Maria e alertado seu cunhado *don* Alonso. Além disso, *don* Carlos falava e, mesmo sendo contestado ou arguido, sua fala era escutada; só uma testemunha se teria retirado quando *don* Carlos falava, por estar em desacordo. *Don* Carlos, mesmo chocando seus ouvintes, exercia a fala porque podia falar. A fala do *Chichimecatecutli* de Tetzco tinha, pois, competência e efeito.

Entre os *nahuatls*, a fala certa, retoricamente organizada, era atributo dos nobres e senhores, e os distinguia socialmente. O falar corretamente era algo que os senhores deveriam aprender dos mestres. Os senhores mostravam, assim, sua alta condição social, proferindo falas rituais, solenes, controlando e submetendo suas emoções à retórica (Escalante Gonzalbo, 2004, p. 266). A fala competente manifestava a autoridade do *tlahtohuani* ou senhores de Tecnochtitlán, Tlacopan, Tetzco. Era também através da fala que os senhores estabeleciam acordos ou negociavam sujeições ou obrigações. A fala era, pois, o senhor.

Para *don* Carlos, depois de uma sucessão demorada e contestada por alguns, sua nova condição de *Chichimecatecutli* de Tetzco exigia inibir independências ou autonomias de supostos oponentes, como poderia ser o caso de Francisco, e também de outros principais que faziam questão de proclamar sua condição de cristãos.

A autoridade decorrente de sua condição de senhor, segundo *don* Carlos, vinha por transmissão: seu avô tinha sido rei, assim como seu pai e irmãos. A condição de seus antepassados garantia sua própria condição, sem precisar de mais nada. Segundo várias testemunhas, ele também teria mencionado recorrentemente outros senhores que, no Vale do México, ostentavam essa mesma condição. A herança, como princípio da autoridade, era assim evocada num momento em que o batismo era necessário para o exercício de cargos.

Entendendo-se como *Chichimecatecutli* de Tetzco, num tempo em que o título já não era o mesmo, e sem muito entusiasmo para ser o que na ordem cristã se esperava dele como bom cristão, o senhor e seus infortúnios estariam apontando para os impasses vivenciados pelas linhagens nobres do Vale do México, com seus acertos e desacertos para manter distinções e hierarquias na nova ordem que tinha atravessado seus destinos.

Considerações finais

Dentre diversas abordagens, adotamos aqui a leitura do processo contra *don* Carlos segundo a dinâmica da conversão ao cristianismo, suscitada entre as linhagens nobres do Vale do México, no marco do triunfo espanhol e da constituição do vice-reinado da *Nueva España*. Na década de 1530, entre milhares de conversões, que entusiasmaram os franciscanos das duas primeiras gerações, não faltaram sinais da permanência das “idolatrias”, e foi necessário atribuir a substância da adesão à nova fé. A Inquisição, mesmo sendo improvisada no recém-criado vice-reinado, tinha os instrumentos para atuar nesse campo de controle da conversão.

No marco do registro do processo contra *don* Carlos, a dinâmica da conversão fez com que convergissem interesses diferentes: os do inquisidor e os dos nobres tetzcoanos, unidos na procura de um único objetivo, ou seja, afirmar de forma incontestável a fé cristã. Há um encontro de conveniências: a Inquisição precisava apontar para aqueles que, no meio de milhares de conversões, negavam sua fé, e as linhagens nobres de Tetzco queriam denunciar os maus cristãos, enfraquecendo assim sua autoridade e afirmando ao mesmo tempo uma sólida adesão ao cristianismo. No texto do processo, a convergência em torno do cristianismo é tão grande que inclui enfaticamente desde as testemunhas até o réu.

O processo contra o Senhor de Tetzco foi ancorado na denúncia do neófito Francisco Maldonado, a partir do texto que ele redigira e lera, e que o clérigo González traduzira. Esse texto elaborado e traduzido expressou, aos olhos da Inquisição, certo descontentamento do cacique com as novas condições do exercício de sua autoridade, a inteligibilidade da heresia e seus sentidos. Ao mesmo tempo, graças a Francisco e ao tradutor Juan González, ao usar da fala para dirimir as disputas pelo poder no interior das linhagens nobres, foi-lhe atribuída a condição de dogmatizar contra a autoridade do vice-rei e do bispo. Graças à Inquisição e seus diversos aparelhos, as lutas pelo poder entre as linhagens nobres de Tetzco, no contexto das primeiras conversões, foram transfiguradas, para desgraça de *don* Carlos, nas heresias e nos erros que assombravam a Inquisição nas terras da *Nueva España*.

É nesse contexto de denúncia contra alguém configurado como “mau cristão” que se apresentam ao leitor do processo os diversos atores que se viram à frente do realinhamento de valores e concepções de mundo, provocando o triunfo dos cristãos espanhóis. Assim, os *principales*, as suas esposas e até os criados e criadas da casa da cunhada de *don* Carlos se avolumaram ante a mesa da Inquisição para confirmar as culpas do cacique de Tetzco e, ao mesmo tempo, para produzir o testemunho de sua adesão total e já provada à fé cristã. Aliás, é graças a essa defesa de fé que o perigo representado por *don* Carlos foi denunciado, como assinalado por Francisco e depois pelo promotor. Dessa forma, a denúncia confirmada por todas as testemunhas conduziu o processo de modo que houvesse duas unanimidades por parte dos *principales*: a primeira, a obediência à nova fé; e, a segunda, a condenação que isolou aquele que teria renegado e burlado os mandamentos nos quais deveria acreditar.

No contexto de afirmação de conversões recentes e ante a negativa do réu em reconhecer sua culpa, a Inquisição optou por produzir a acusação unânime, que incidiu na comunidade toda e não unicamente na consciência do réu, como era esperado pelos juízes. Com a acusação unânime, que produzia o “herege negativo” (Prosperi, 2013, p. 236), a confissão do réu deixava de ser importante, o que lhe reservou, num último momento, um arrependimento protocolar, insuficiente, contudo, para salvar-lhe a vida.

Referências

- CARRASCO, P. 1996. *Estructura política territorial del imperio tenocha: La tríplice alianza de Tetzco, Tlacopan y Tlaxcala*. México, FCE, 670 p.
- ESCALANTE GONZALBO, P. 2004. La cortesía, los afectos y la sexualidad. In: P. ESCALANTE GONZALBO (coord.), *Historia de la Vida Cotidiana en México. I Mesoamérica y los ámbitos indígenas de la Nueva España*. México, FCE.

- FERNANDEZ CHRISTLEIB, F.; GARCIA ZAMBRANO, A. (org.). 2006. *Territorialidad y paisaje en el altepetl del siglo XVI*. México, FCE, 580 p.
- GOULART, S. 2012. “¿Que son las cosas de Dios? ¿No son nada?”: *tramas e conflitos no processo inquisitorial contra o cacique de Texcoco (1539)*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 207 p.
- GREENLEAF, R. 1992a. *La inquisición en Nueva España*. México, FCE, 172 p.
- GREENLEAF, R. 1992b. *Zumárraga y la Inquisición mexicana*. México, FCE, 239 p.
- GRUZINSKI, S. 2003. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol: séculos XVI e XVII*. São Paulo, Companhia das Letras, 322 p.
- LEON PORTILLA, M. 2013. *Literaturas indígenas de México*. México, FCE, 388 p.
- LOCKHART, J. 1999. *Los nahuas después de la Conquista: Historia social y cultural de la población indígena del México central, siglos XVI-XVIII*. México, FCE, 717 p.
- LOPES DON, P. 2010. *Bonfires of Culture: Franciscans, Indigenous Leaders, and the Inquisition in Early Mexico, 1524-1540*. Brand, University of Oklahoma Press, 261 p.
- MADAJCZAK, J. 2007. Algunas notas en torno a la sucesión real en Texcoco en los años 1520-1545. *Itinerários*, 6/8:163-174. Disponível em: <http://itinerarios.uw.edu.pl/algunas-notas-em-torno-a-la-sucesion-real-en-Textcoco-em-los-anos-1520-1545>. Acesso em: 17/07/2015.
- PROCESO INQUISITORIAL del Cacique de Tetzaco. 2009. México, 53 ICA, 156 p.
- PROSPERI, A. 2013. *Tribunais da Consciência: inquisidores, confesores, missionários*. São Paulo, Companhia das Letras, 611 p.
- SARANYANA, I. (org.). 1996. *Historia de la Teología Latinoamericana*. Pamplona, Eunote, 420 p.

Submetido: 11/09/2015

Aceito: 09/11/2015